



**INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO
NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA PESCA ARTESANAL NA
BAÍA DE GUANABARA**

Guido Assis
Universidade Federal Fluminense
guidoassis@id.uff.br

Thaís Matos
Universidade Federal Fluminense
thaismatos092@gmail.com

Laís Bronzi
Universidade Federal Fluminense
bronzi_rocha@id.uff.br

Palavras-chave: industrialização, urbanização, pesca.

**GT-17. Geografia e Apropriação Urbana: Ensino de Cidade e das Comunidades
Tradicionais**

Resumo: O presente estudo analisa o processo de industrialização do município de São Gonçalo/RJ com o recorte da margem da Baía de Guanabara, mostrando como a implantação de indústrias na área foi responsável pela acelerada urbanização do município. Aborda também, os impactos da industrialização-urbanização à comunidade tradicional pesqueira, especialmente o caso da Favela do Gato, a transformação na paisagem a partir da implementação da rodovia BR-101 e os impactos socioambientais à orla oriental da Baía de Guanabara.



1. INTRODUÇÃO

No Estado do Rio de Janeiro, localizado às margens da Baía de Guanabara, se encontra o município de São Gonçalo, reconhecida como cidade apenas em 1929. Nos períodos que antecedem o século XIX a paisagem dessa região era rural, com inúmeras fazendas produtoras de cana e açúcar, segundo Geiger (1956). A medida em que essa atividade se tornou improdutivo o município passou por um rápido processo de industrialização, financiado por capital nacional e internacional. O estabelecimento de uma rede de comunicação pela baía auxiliou a implantação do sistema produtivo nessa localidade, bem como, estar situada em frente a antiga capital brasileira, Rio de Janeiro.

As indústrias mais antigas desta região consistiam em estaleiros e olarias que davam suporte às embarcações que circulavam pela baía, ou seja, eram cruciais para as atividades de navegação, como o escoamento da produção manufatureira para a capital. Neste sentido, situados às margens do litoral oriental da Baía de Guanabara foram se multiplicando as atividades industriais. Se concentravam também as indústrias de beneficiamento, notava-se ainda a existência de pequenas atividades agrárias e a intensa produção pesqueira.

Inúmeras comunidades pesqueiras se localizavam na margem leste. Esses pequenos pescadores participaram do funcionamento das atividades da capital exercendo além da pesca o traslado dos trabalhadores da capital que residiam em São Gonçalo. Portanto, os pescadores artesanais ocuparam este território fazendo parte da dinâmica que se urbanizava progressivamente.

. Fatores como disponibilidade espacial e crescimento populacional tornaram São Gonçalo uma cidade estratégica para a dinâmica industrial do Rio de Janeiro. O período que compreende a transição entre o século XIX e XX, marca seu crescimento populacional e industrial, as ações de loteamento das antigas fazendas se tornam recorrentes, ao mesmo tempo ocorria a expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro. Porém sua característica mais marcante nessa relação vai se dar através do processo de “suburbanização”, sendo admitida “como cidade dormitório” dos trabalhadores da margem ocidental, por oferecer moradias de baixo custo.

Mutuamente, a expansão demográfica implicou a instalação de indústrias, e o acelerado impulsionamento urbano não se deu ao mesmo tempo em que a qualidade era



oferecida. Existia uma população majoritariamente urbana, que aumentava cada vez mais, porém carecia de estruturas dignas. Homero (2006) diz que a estimativa da população residente em São Gonçalo no ano de 1950 já ultrapassava 100.000 habitantes, após isso, observa um salto no crescimento demográfico no censo de 1970, tendo em vista que a população quase triplicou, alcançando o número de 430.271 habitantes. A partir desse ano se tem a queda da taxa de crescimento, devido ao processo de distribuição da produção e expansão da malha rodoviária pelo território nacional incentivado pelos PND's (Plano Nacional de Desenvolvimento) dos governos militares, o que causou um grande impacto na configuração da cidade de São Gonçalo.

Desde a década de 1970 até os dias de hoje, se vê a implantação de grandes empreendimentos que envolvem a extensa área da Baía de Guanabara. Os conflitos territoriais se dão nesse espaço e interagem modificando e moldando às suas ambições, e tendenciosamente atendendo as expectativas do capital. Muitas dessas alterações às margens da baía tem alterado o ambiente de forma degradante, seja por crimes ambientais ou remoção de comunidades tradicionais, como as dos pescadores artesanais.

O presente estudo abordará, a partir da pesca artesanal, a acelerada industrialização e urbanização no município de São Gonçalo e como os impactos destes processos têm influenciado no decorrer do tempo na dinâmica espacial entre estes atores. Neste sentido, foi construída uma revisão bibliográfica para as reflexões, bem como o acesso a materiais documentais, seguidas da produção de material fotográfico em campo, visando que esta é uma ferramenta técnica da qual geógrafos podem (e devem) se utilizar, aproveitando “analisar tanto a natureza do ato de olhar quanto a natureza das práticas de pesquisa” (DAOU; FELIPE, 2011). A degradação socioambiental como resultado da urbanização faz-se questionar quem são os beneficiados desta vertiginosa urbanização.

No primeiro momento, procurou-se caracterizar as atividades pesqueiras salientando os aspectos de produção das comunidades artesanais frente as industriais. Na segunda parte nos debruçamos sobre o território gonçalense, mais especificamente na Favela do Gato, para tratar dos processos de industrialização e urbanização da região, suas implicações e conflitos habitacionais. Em seguida traremos informações a respeito da degradação socioambiental no âmbito da Baía de Guanabara na região leste fluminense.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PESQUEIRAS

A pesca é uma atividade milenar, desde os povos mais antigos que praticavam para obtenção de mantimentos em prol de sua subsistência, transformando organismos aquáticos em recursos pesqueiros. Saberes da prática que tem se aperfeiçoado com o tempo bem como suas técnicas. Atualmente essa se torna uma ocupação profissional, ou seja, com fins econômicos e seus praticantes, os pescadores, provém a partir dela seu sustento, vendendo para mercados, indústrias, restaurantes, e em algumas localidades diretamente ao consumidor os recursos obtidos.

A relevância das atividades para o Brasil sempre foi um importante componente tanto cultural quanto econômico, o Rio de Janeiro a mais protagonista das cidades brasileiras está situada no litoral às margens da Baía de Guanabara onde existem uma pluralidade de atividades econômicas interagindo direta e indiretamente. Desde os tempos de Brasil colonial se tem registros da atividade que ganha prestígio ao mesmo tempo que a cidade, sinalizando o vínculo da pesca com o crescimento do Rio de Janeiro. Entre XVI e XVII, a pesca que se destacava era a da baleia, dando origem a então pequena comunidade pesqueira de Armação dos Búzios, localizada ao norte do estado. Neste período o crescimento da cidade já demonstrava efeitos significativos para a vida dos pescadores, a atividade baleeira desenvolvida na Baía de Guanabara se desloca para o Norte Fluminense, pois com a expansão da capitania houve redução considerável da presença das baleias na área compreendida.

Já no Brasil Imperial atividade da pesca esteve sob incumbência da marinha brasileira, este braço das forças armadas esteve responsável por regularizar e institucionalizar a pesca no Brasil (SILVA, 2011). Em 1919, esta instituição criou zonas de pescas que seriam a área compreendida pelas colônias de pescadores e a parte costeira que onde eram exercidas as práticas pesqueiras. A pesca passa a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura em 1926 e, mais tarde, no início dos anos 2000 foi institucionalizado o Ministério da Pesca, mas com o enxugamento de ministérios em 2019, houve desinstitucionalização, essa atividade foi novamente inserida na pasta da Agricultura, sendo criado a Secretaria da Aquicultura e Pesca, ou seja, atualmente compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento administrar a gestão e

uso de recursos, licenciamentos, registros e autorização que envolvem as atividades de pesca no território nacional.

A classificação em relação a natureza das atividades pesqueiras é descrita conforme a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, previstas na seção I do capítulo IV onde são definidas as atividades comerciais de pesca como:

- a) **artesanal:** quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) **industrial:** quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial (BRASIL, 2009).

No entanto, essa definição legislativa não basta para compreender a pesca artesanal, pois não envolve apenas uma parte de atividades comerciais. Para entender sua dimensão é preciso observar que existem famílias envolvidas no processo. Indo mais adiante e falando sobre a organização dessa atividade no quesito espacial, esses trabalhadores moram nas regiões à beira mar em moradias próximas umas às outras, formando vilas de pescadores que se estendem ao longo da costa do litoral brasileiro.

Os saberes da pesca artesanal perpetuam na família, transmitidos através dos mais velhos para os mais novos. Se encaixam na definição de comunidades tradicionais pois envolvem uma cultura singular intrínseca aos sujeitos que estão envolvidos, faz parte de sua identidade. Esta é uma atividade de base comunitária a relação do pescador com os seus semelhantes é direta, são vizinhos, familiares e companheiros de ofício.

O pescador artesanal é proprietário dos seus instrumentos de trabalho - redes, varas de pesca, embarcação -, em alguns casos empregando informalmente pessoas próximas, como um sobrinho ou amigo, praticando conjuntamente a pescaria. Essa atividade artesanal existe uma rotina singular, ocorre durante a noite ou cedo na madrugada em pequenas embarcações, abastecendo pela manhã os mercados de peixes, restaurantes, feiras, dentre outros onde se é comercializado a produção. Por ser um tipo de produção mais rudimentar esses pescadores não têm, muitas vezes, como armazenar o peixe, o que significa que eles praticam o fornecimento para distribuidores maiores, que se beneficiam por compra a preços mais baixos e fazendo a revenda a preços mais altos, formando uma cadeia produtiva que agrega valor ao produto.

Em alguns lugares onde se é possível a comercialização em feiras, entrou no meio da produção também geralmente as mulheres e crianças dessas comunidades, mas não só visto que existem inúmeras pescadoras chefes de família. Enfim, quando é possível o próprio produtor fazer a distribuição do produto diretamente ao consumidor, o processo produtivo se estende a limpeza do peixe e filetagem, logo seguido da comercialização do produto. Nessas condições o pescador se favorece por ter autonomia em vender a preços de mercado. Nos grandes centros urbanos isso não é possível, o pescador artesanal se vê cada vez mais encurralado a revenda da produção aos distribuidores, isso quando não se esgota a ponto de não conseguir mais o exercício ofício pela incompatibilidade das regiões de pesca com a industrialização e a urbanização. As grandes empresas que se instalam nesse território alteram ciclos biológicos e culturais, e propõem aos pescadores ofertas de trabalho em práticas de larga escala de produção como a pesca industrial.

A pesca industrial se difere completamente da artesanal. O emprego de grandes embarcações que se dirigem à alto mar com técnicas de pescaria muito agressivas aos ecossistemas marinhos visa a produção em massa. Nesse sentido, essa prática industrial acaba por influenciar também na vida do pequeno produtor, visto que os ciclos de reprodução da vida aquática são muitas vezes desrespeitados. Um exemplo de técnica desenvolvida por essa modalidade é a pesca de arrasto, que consiste em arrastar uma pesada rede de malha muito fina no fundo do oceano, carregando não só os recursos que se pretende utilizar do mar, como também corais e sedimentos, deixando verdadeiros desertos submarinos. É uma técnica, em suma, agressiva que prejudica toda reposição da fauna e flora aquáticas afetando e desregulando toda uma região e sua biodiversidade.

Logo, a disputa de mercado se dá desproporcionalmente, a pesca industrial, por ser desenvolvida por embarcações de médio e grande porte, pode ir ao mar aberto, já os pequenos pescadores se encontram limitados a região costeira. Atualmente nas extensões da Baía de Guanabara, os grandes empreendimentos e o complexo petrolífero ameaçam diminuir a oferta de peixes afetando a produção dos pescadores artesanais, afetando todo um circuito produtivo e seus dependentes. Daí, eclodem também as disputas territoriais, como um assalto as comunidades tradicionais localizadas no entorno da Baía, que será abordado adiante. Neste sentido, a pesca industrial se beneficia cada vez mais na região, em contrapartida pescadores se encontram em dificuldades de subsistência.



3. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE SÃO GONÇALO

Na década de 1930, São Gonçalo passa por uma crise no setor agrícola de exportação de cítricos causada pela eclosão da II Guerra Mundial e inicia-se, então, o processo de industrialização espontânea da cidade através de incentivos fiscais do Estado e do investimento privado. De mãos dadas com a industrialização, chega a urbanização que se espalhava por toda a área que hoje compreendemos como Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, marcada pelo aumento populacional e consolidando a transição de uma população rural para uma população majoritariamente urbana em 1950, segundo censo do IBGE do mesmo ano.

Com a expansão da cidade do Rio de Janeiro, as indústrias começam a se espalhar pela orla oriental da Baía de Guanabara, localizando-se em São Gonçalo principalmente as indústrias de base (química, cimento e metalurgia). Além destas, as indústrias de pescado também assumiam grande importância no parque industrial da cidade compostas pelas seguintes companhias: Companhia Brasileira de Produtos de Pesca S. A.; Conserva Orleans; Conserva Rubi; Conserva União; Fábrica de Conserva Ondina; Fábrica de Conserva Piracema; Indústrias de Conservas Coqueiro (ainda em funcionamento) e Indústrias Reunidas de Pesca Netuno S.A.

A partir de 1940, São Gonçalo torna-se um dos principais distritos industriais do Rio de Janeiro e chegando a ganhar o título de “Manchester Fluminense”. Sua posição privilegiada em relação a Baía de Guanabara abrigava um potencial de desenvolvimento econômico ligado não só de práticas diretas, como a pesca, mas também de circulação de mercadorias oriundas de outros setores industriais. Ainda sobre os múltiplos usos da baía e sua importância central no processo de industrialização-urbanização de São Gonçalo, a pesquisadora Catia Antonia da Silva (2011) acrescenta que:

a Baía de Guanabara é palco de diferentes usos industriais, residenciais, de eixos viários e de trabalho dos pescadores artesanais. Na década de 1970, passou por diversas modernizações: ampliação do porto do Rio de Janeiro, criação da Ponte Rio Niterói (1975), instalação da indústria naval, instalação de rodovias federais, destacando a BR101, implantação da REDUC-PETROBRAS. (SILVA, 2011, p.7)

E mais recentemente, nos anos 2000, um outro grande investimento da Petrobrás, a COMPERJ.

Entretanto, o desenvolvimento industrial da cidade mostrou-se dotado de um fôlego limitado. O processo de industrialização espontânea, apoiado pela iniciativa privada não se sustenta quando o governo deixa de oferecer subsídios fiscais. Com a precarização e falta de modernização das infraestruturas, a participação de São Gonçalo na produção industrial fluminense torna-se cada vez menor, apresentando um declínio drástico na década de 50 em diante. Enquanto uma cidade que apresenta um grande histórico de negligenciamento por parte do poder público, São Gonçalo nos dá bons exemplos de como uma a população e suas bases de sobrevivência que, por sua vez, estão profundamente relacionadas com seu território, sofrem a mercê de uma dinâmica industrial instável.

Neste trabalho vamos fazer uma análise espacial da colônia de Pescadores da Comunidade Yamagata, hoje mais conhecida como Favela do Gato no bairro do Gradim, compreendida na Colônia Z-8, uma das cinco colônias demarcadas na Baía de Guanabara reconhecidas pela FAPERJ. Este exemplo nos mostra precisamente como cada um dos elementos que chegaram com a industrialização de São Gonçalo incidiram na região e afetaram diretamente a pesca artesanal, e seguem causando crise e precariedade às comunidades que têm nessa atividade sua fonte de renda.

4. FAVELA DO GATO: UM CASO DE FAVELIZAÇÃO NA ÁREA COSTEIRA DA BAÍA DE GUANABARA

A favela do Gato surge a partir da instalação da fábrica de sardinhas Conserva Rubi em 1934. Ferreira (2011, p.9) apontou que “As indústrias de enlatados de peixe em conserva contribuíram muito para a economia de São Gonçalo e a maioria se instalava no Gradim e em Neves”. E atraíam para seus postos de trabalho principalmente mão de obra pouco qualificada e barata. Cerca de dois anos depois, em 1936, começa o processo de ocupação dos entornos da fábrica pelos seus próprios operários numa área que originalmente pertencia à Marinha e estava sob a guarda do Serviço de Patrimônio da União - SPU.

As primeiras casas se localizavam bem próximas ao limite com o mar e falta literatura para descrever exatamente como o ofício pesqueiro se desenvolveu na comunidade, mas podemos concluir que a base espacial, ou seja, a proximidade da baía

de Guanabara, teve importância central na formação da comunidade e da sua principal prática econômica: a pesca artesanal. Além disso a proximidade com a fábrica de sardinha e com o mercado de peixes do Porto da Ponte, também no Gradim, facilitaram a construção de redes de comercialização de sua mercadoria.

Em 1940, o processo de ocupação torna-se mais intenso contando agora com a chegada de famílias oriundas do processo de expansão da zona industrial da cidade do Rio de Janeiro. A pesca artesanal começa a crescer, atraindo também outras famílias de pescadores. Com isso, a região se torna uma das principais colônias de pescadores da baía de Guanabara, chegando a ser a maior produtora de pescados do Rio de Janeiro. Entretanto, o adensamento populacional não é acompanhado pelo Estado em termos de infraestrutura e, devido a vulnerabilidade social da comunidade, as casas foram construídas de forma irregular, sem planejamento territorial e nem tratamento de esgoto. É importante citar, ainda, que grande parte de onde se assentou a comunidade fazia de um manguezal, tornando a situação ainda mais precária para os moradores que, sem assistência social, viveram muitos anos em condições insalubres.



Imagens 1 e 2: Situação das casas e infraestrutura da Favela do Gato em 1983.
Autor: Sérgio Vilela (1983)

Tais processos contribuíram para a marginalização da comunidade que, apesar do processo de favelização, continuava a ser um dos principais expoentes da comercialização de pescados. Um importante local para a atividade é a Praça do Peixe, onde desembarca uma enorme quantidade de peixes todos os dias até hoje. É lá que ocorre toda manhã bem cedo, a famosa feira de peixe do Gradim, onde pessoas das mais

diferentes localidades vêm procurar pela iguaria a preços populares. É lá também, que se localiza a APELGA (Associação dos Pescadores Livres do Gradim e Adjacências).



Imagens 3 e 4: Praça do Peixe na Favela do Gato e Associação de Pescadores Livres do Gradim e Adjacências (APELGA)
Autora: Thais Matos (2019)

4.1 CONSTRUÇÃO DA BR-101 E O PROCESSO DE REMOÇÃO

Em função de dar suporte ao processo de integração econômica-territorial do país, o sistema rodoviário vinha sendo adotado fortemente desde as décadas de 1950 e 1960, a fim de possibilitar maior “conexão” com o interior e proporcionar rotas onde a logística econômica do padrão de acumulação urbano-industrial, ainda recente no país, tenha um tempo de resposta menor, ou seja, onde o escoamento da produção aconteça de maneira mais eficiente e produtiva com o menor tempo possível.

Em 1974, iniciou-se a construção da Rodovia Mário Covas (BR-101), popularmente conhecida como Rodovia Niterói-Manilha, prevista no II PND da ditadura Militar, que atendia as demandas da ascendente indústria às margens dela e da crescente urbanização e adensamento populacional que a cidade vivia naquela época cumprindo a importante função de ser uma conexão com a ponte Rio-Niterói, também em construção. Entretanto, “à medida que a expansão urbana se processava e a degradação ambiental se ampliava, nos diferentes espaços, a questão ambiental surgia” (ARAÚJO, 2011, p.428). Como de costume nos projetos de desenvolvimento e modernização dos espaços, a obra passou por cima de questões socioambientais e territoriais que se materializaram na degradação da baía de Guanabara, na perseguição às comunidades tradicionais e na

precarização das suas atividades, contribuindo ainda mais no processo de favelização da região.

A produção capitalista do espaço foi responsável pela expropriação de grande parte da população que morava na margem da baía. As obras de construção previam desapropriar 1055 áreas de terreno no total, segundo Araújo (2014), e grande parte deles estavam situados em São Gonçalo, como é o caso da Favela do Gato. A ordem era a remoção total da comunidade, assim como de todas as outras que impediam a execução do empreendimento. É nesse contexto que surge a Associação de Moradores da Favela do Gato em 1983, e, em busca de suporte na luta pelo direito ao seu território, procuram a Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF. Nessa parceria comunidade-acadêmica foram elaborados meios de levar as reivindicações dos moradores as instâncias judiciais cabíveis. Segundo Bienenstein:

Quando chegaram à UFF, os moradores da comunidade expressavam uma pauta de reivindicações clara: concordavam com o reassentamento das famílias cujas moradias se encontravam no traçado da estrada, para outra área, mas queriam a permanência das demais na área original, assim como a regularização fundiária dos terrenos que ocupavam. O local onde estava (e ainda está) situada a Favela do Gato era um dos últimos no entorno da baía de Guanabara que permitia o desenvolvimento da pesca artesanal, atividade de parte significativa de seus moradores. (BIENENSTEIN, 2016, p.4)



Imagem 5: Foto aérea da área por onde a BR 101 viria passar
Autor: Fórum Justiça/Casoteca (2019)

Assim, surge o projeto Favela do Gato que previa não só barrar a remoção completa comunidade e garantir o reassentamento da parcela desapropriada em condições dignas, como também fazer a regulamentação fundiária da parte remanescente (BIENENSTEIN, 2016). As demandas da comunidade foram atendidas através de muita luta e mobilização através da negociação com o Ministro dos Transportes.

A comunidade pesqueira da Favela do Gato é responsável por grande parte da produção que coloca o Estado do Rio de Janeiro como terceiro maior produtor de pescados do país. É na Praça do Peixe por onde chega e vende-se grande parte desta mercadoria, e isto elucida a grande contradição presente na construção da BR 101. Apesar dos esforços de legitimar sua ocupação e uso tradicional da área e do sucesso na negociação pela permanência da colônia, as obras foram concluídas em 1984 e as remoções provocam uma redução drástica no número de pescadores artesanais – que tiveram de buscar por outro ofício porque foram realocados em lugares distante da área de origem.

Os impactos extrapolaram o problema das remoções e a construção da rodovia trouxe consigo as mazelas da urbanização que acelerou o processo de degradação da Baía de Guanabara pelo grande aumento da emissão de gases e partículas poluentes, provocando aterro da área de praia, destruição do bioma litorâneo e precarizando ainda mais a atividade pesqueira, conseqüentemente, contribuindo para a diminuição da participação do Rio de Janeiro no ramo.



Imagens 6 e 7: À esquerda, foto atual da Rodovia Niterói-Manilha (BR-101), grande rota de escoamento da produção industrial do Estado do Rio de Janeiro. À direita, imagem da Baía de Guanabara completamente assoreada, poluída e captando ainda mais resíduos de canais efluentes, a exemplo o Rio Marimbondo.

Autora: Thais Matos (2019)

5. PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA BAÍA DE GUANABARA E OS IMPACTOS À PESCA

Para compreender os processos que degradam a Baía de Guanabara, é necessário possuir dimensão dos seus aspectos gerais:

A Baía de Guanabara tem uma área de 384 km² e a sua bacia hidrográfica compreende uma área de aproximadamente 4.080 km² que cobre parcial e completamente 16 municípios. Com uma população de aproximadamente 8.6 milhões de pessoas e contendo o segundo maior parque industrial do país são produzidos efluentes domésticos e industriais que contribuem com uma carga diária de cerca de 470 toneladas de DBO para a Baía. De acordo com a FEEMA (atualmente o INEA), além das 6.000 indústrias, duas refinarias e dois portos, existem muitos estaleiros e terminais da indústria de óleo e gás que contribuem com a grande carga de efluentes também. A Baía também recebe o aporte de água doce de aproximadamente 55 rios, e dentre eles, 35 rios possuem uma vazão estimada de 25 m³ /s. A Baía possui 53 praias interiores e nenhuma atende aos critérios de balneabilidade. Apesar de ser um dos ecossistemas mais notórios do Brasil, é evidente a falta de informações ou até a existência de dados contraditórios sobre as condições ambientais da Baía de Guanabara. (UMCES, 2012, p.64)

A pesca e comercialização pesqueira na Baía de Guanabara apresenta um largo histórico no que diz respeito a sua participação ativa na economia do Estado do Rio de Janeiro e do país. Por falta de estatísticas mais atualizadas, observamos que em 2001/2002 parte da produção pesqueira (e aí estão inseridas artesanal e industrial) foi de 19.000 toneladas o que correspondeu naquela época a R\$14,3 mi para o setor, de acordo com o Levantamento de Dados da Atividade Pesqueira na Baía de Guanabara como Subsídio na Avaliação de Impactos Ambientais e Gestão da Pesca (ICMBio, 2002). A desvalorização da pesca e a perda de espaço para outras atividades na Baía de Guanabara é contraditória à medida que levamos em conta a importância da produção desses espaços tradicionalmente pesqueiros da região.

A ocupação de indústrias ao redor da baía, a desordenada expansão urbana sem qualquer fiscalização ou projeto, o descarte de resíduos sólidos e lixo na baía - sejam domésticos ou industriais - associado aos fracassos de políticas públicas que visam recuperar a Baía de Guanabara são agentes diretos da expropriação dos pescadores artesanais a partir do momento que destroem o lugar - e vale a pena considerar o lugar com o caráter de sentimento de pertencimento e acúmulo de tempos - de onde se tira o único recurso que o mantém vivo.

Cercada por 14 mil indústrias de diversos setores, que geram inúmeros tipos de resíduos industriais que impactam diretamente a fauna e flora da Baía de Guanabara, e consequentemente, a vida de milhares de pessoas que atuam, dependem e vivem dos recursos que a baía oferece, um dos maiores impactos é o da indústria petroquímica, a qual tem certa representatividade no que diz respeito a quantidade de indústrias do ramo na região. A exemplo disso, podemos citar a REDUC (Refinaria de Duque de Caxias), localizada à margem ocidental da baía. “O complexo industrial da refinaria Duque de Caxias, em operação desde 1961, garantiu inegáveis e importantes avanços econômicos ao país, mas também implicou perdas ambientais com os episódios de vazamento de óleo e de efluentes industriais.” (ALENCAR, 2016, p.43)

A dinâmica da indústria petroquímica em torno da Baía de Guanabara, e aí fazemos uma análise geral, é tão densa que proporciona espaços de exclusão para a pesca. Esse processo acaba por deixar a pesca, importante atividade econômica e histórica da região e do Estado, em segundo plano.



Imagem 8: Mapa de exclusão da pesca na Baía de Guanabara
 Fonte: Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA-RJ)

Para além das preocupações e problemas socioambientais que a atividade industrial causa, temos ainda o despejo doméstico-sanitário altíssimo de diversos municípios do Estado. O despejo nem sempre é direto, pode vir de efluentes mais a montante. O professor Adacto Ottoni (FEN/UERJ) estimou que a cada segundo, 18 mil litros de dejetos domésticos chegam às suas águas *in natura*, sem qualquer tipo de tratamento (ALENCAR, 2016, p.45).

Em meio a tantos impactos ambientais que ocorrem, alguns serão pontuados, como:

1. Alta concentração de amônia e mercúrio, que são um produto químico altamente corrosivo e um metal pesado extremamente tóxico respectivamente. Ambos contribuem para o aumento na mortandade da fauna e contaminação da água e solos.

2. Mais de 90 toneladas de lixo diariamente chegam à Baía de Guanabara, “volume muito superior à capacidade de coleta de ecobarreiras e dos ecobarcos, projetos paliativos que vêm sendo encarados como a aposta do governo do Estado para minimizar os impactos negativos no ecossistema” (ALENCAR, 2016, p.57)

3. Redução do oxigênio presente na água, a exemplo da Praia de Ramos, no lado oeste da baía, onde os níveis de oxigênio em alguns momentos do ano chegam a zero. Conseqüentemente, o processo de redução da biodiversidade ganha força.

4. O assoreamento (material derivado de dragagens em alguns portos e estaleiros da região) associado a metais pesados e óleo nos sedimentos costeiros também influencia na mortandade de peixes, e conseqüentemente, na produção pesqueira artesanal.



Imagens 9 e 10: Foto retirada em campo no bairro do Gradim, em São Gonçalo/RJ onde há uma das maiores produções e comercializações de peixes do Estado. Observa-se o assoreamento da orla, presença de óleo e semelhantes, área de aterro para ocupação desordenada, lixo, despejo de esgoto e, claramente, nenhuma política pública ambiental.

Autora: Thais Matos (2019)

Cabe lembrar que os problemas não são exclusivamente ambientais. Na orla oriental da Baía de Guanabara, o crime e o tráfico de facções criminosas - associados à violência urbana - já interfere nas relações socioeconômicas da região há algum tempo. Tem sido recorrente os casos de assaltos à barcos e navios que navegam na área, principalmente nas praias das Pedrinhas, da Luz e São João, onde assaltam pescadores artesanais, ou de pequenas indústrias e até mesmo civis. Embora seja uma área assolada pela poluição, à margem, onde políticas públicas são pouco (ou nada) atuantes, é uma área que movimenta a economia do Estado e, deveria ao mínimo, haver algum tipo de fiscalização para assegurar a integridade física e econômica dos indivíduos circulantes naquela região.

A Associação de Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara disse que “os assaltos na baía estão acontecendo com frequência. Segundo a associação, a situação é pior na região perto das comunidades Itaoca, em São Gonçalo, na Região Metropolitana” (BOM DIA RIO, 2019).



Imagem 11: Área apontada na reportagem como região onde mais acontecem assaltos
Fonte: Google My Maps (2019)

Haesbaert apresenta o conceito de território como sendo:

“... uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações.” (HAESBAERT, 1995 apud FUINI, 2017, p.20)

A partir do conceito supracitado, é imprescindível, portanto, analisar as práticas desterritorializantes promovidas pelo crime e/ou tráfico de drogas para com a população dependente diretamente dos recursos naturais-econômicos existentes na Baía de Guanabara - os pescadores artesanais. Ou seja, a perda de território dos indivíduos que movimentam a economia em microescala e - com uma análise profunda é possível até classificar em mesoescala - em função de atividades criminosas que influenciam inclusive na quantidade de pescadores que permanecem na profissão pós-ocorrido, impacta constante e diretamente a vida das comunidades que vivem na margem costeira de São Gonçalo. Neste sentido, a urbanização engloba problemáticas como a violência urbana que acaba por interferir na vida dos pescadores artesanais.

6. CONCLUSÃO

Sob influência dos assuntos discorridos nesta pesquisa, observam-se as transformações sociais, econômicas, ambientais e espaciais que os processos de industrialização e urbanização em São Gonçalo provocaram na região costeira da cidade,



impactando diretamente a comunidade tradicional de pescadores artesanais gonçalenses. Como resultado da pesquisa, conclui-se que a contínua ausência do Poder Público, a falta de políticas ambientais e de planejamento territorial e a crescente degradação da baía de Guanabara são os fatores constituíram a região trabalhada em um *aglomerado de exclusão* (HAESBAERT, 1995).

Portanto, os atores de comunidades tradicionais, que se pautam em uma economia interna de base comunitária, se identificam, convivem em proximidades, tem seu modo de viver singular similar além de localizados geograficamente próximos. Em suma, a ausência de políticas públicas para lidar com estes problemas determina em excluir estes sujeitos dos projetos de desenvolvimento urbano.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Emanuel. **Baía de Guanabara: descaso e resistência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. 124 p. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/baiaguanabara_web_20jul.pdf> acesso em: 18 jun. 2019.

ARAÚJO, Leila Lima de Oliveira. **A estrada como agente de transformação urbana: o caso do trecho rodoviário Niterói-Manilha (BR-101)**. In: **Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 7. , Anais... Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14642499-A-estrada-como-agente-de-transformacao-urbana-o-caso-do-trecho-rodoviario-niteroi-manilha-br-101.html>

ARAÚJO, Leila Lima de Oliveira. **Periferia urbana: uma História em transformação**. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2011, Florianópolis. **Anais [...].2011**. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/277/196>.> acesso em: 21 jun. 2019

BIENENSTEIN, Regina; FREIRE, Eloisa Helena Barcelos; BIENENSTEIN, Glauco. **A luta da favela do gato contra remoção: um exemplo de articulação entre universidade e comunidade**. In: II SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...].2016**. Disponível em:



<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQUIVOS/GT3-273-184-20161010210508.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019

BOM DIA RIO. **Pescadores relatam assaltos frequentes na Baía de Guanabara**. G1, Rio de Janeiro, p. 1, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/14/pescadores-relatam-assaltos-frequentes-na-baia-de-guanabara.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. **Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca**, Brasília, 2009. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/817808/codigo-de-pesca-lei-11959-09>, acesso: 27 jun. 2019.

CHAVES, Carla Ramôa. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara**. 2011. 185 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/773632.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

FERREIRA, J.A. A precarização da pesca artesanal e reprodução do espaço na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). **Revista Geográfica De América Central**, Vol. 2, n.º 47E, 2011, p.1-16. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2121/2017>>, acesso em: 20 jun. 2019

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Periódicos UFSM: Santa Maria**, v. 21, n. 1, 2017. p.19-29. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589/pdf>>, acesso em: 28 jun. 2019.

GEIGER, P. Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, 1956, p. 495-518.



HAESBAERT, R. **A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: CASTRO, Iná E., et. al, Geografia: Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

HOMERO, Vilma. **A história de São Gonçalo para professores e alunos.** FAPERJ, Rio de Janeiro, 25 maio 2006. Arquivo de Notícias, p. 1. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=747.2.2>, acesso: 28 jun. 2019.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Levantamento de Dados da Atividade Pesqueira na Baía de Guanabara como Subsídio na Avaliação de Impactos Ambientais e Gestão da Pesca.** Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/trabalhos_tecnicos/pub_2002_trab_levantamento_dados_atividades_pesqueira.pdf, acesso: 23/ jun. 2019

OBSERVATÓRIO NITERÓI. **Perda do território pesqueiro na Baía de Guanabara.** Niterói, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://www.peaobservacao.com.br/reducao-da-pesca-na-baia-de-guanabara/>, acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, Catia Antonia. Circuitos produtivos da pesca artesanal no Rio de Janeiro - Brasil: desafios e contextos. **Revista Geográfica de América Central.** Vol. 2, n.º 47E, 2011, p.1-17. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2661/2543>, acesso em: 21 jun. 2019

UNIVERSIDADE DE MARYLAND CENTRO PARA CIÊNCIAS AMBIENTAIS (UMCES). **Diagnóstico do estado da Baía de Guanabara - Programa de Fortalecimento da Governança e da Gestão da Baía de Guanabara.** Rio de Janeiro - 20 de julho de 2016. Disponível em: <http://200.20.53.7/guanabara/Content/DOWNLOAD/Diagn%C3%B3stico%20da%20Ba%C3%ADa%20de%20Guanabara.pdf>, acesso em: 26 jun. 2019